



DA SORORIDADE À POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO NA IECLB

FROM SISTERHOOD TO THE GENDER JUSTICE POLICY IN THE IECLB

Carmen Michel*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relato de experiência tem por objetivo compartilhar parte da caminhada histórica, teológica e institucional que culminou na criação e aprovação da Política de Justiça de Gênero da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa trajetória é marcada pelo protagonismo de mulheres, pela articulação em rede e pela convicção de que a promoção da justiça e igualdade entre mulheres e homens é parte essencial da fidelidade ao Evangelho. A experiência aqui descrita acaba por evidenciar como processos de escuta, mobilização e diálogo comunitário podem gerar transformações estruturais dentro da Igreja, reafirmando seu compromisso com a dignidade humana, a reconciliação e a vida plena. Mais do que um registro institucional, trata-se de um testemunho de fé em movimento através da expressão viva de uma teologia que se faz prática e de uma comunidade que aprende, passo a passo, a experimentar e promover justiça de gênero.

SEMENTES LANÇADAS: A MOBILIZAÇÃO DAS MINISTRAS

A história da Política de Justiça de Gênero da IECLB nasce de um longo processo de escuta, resistência e articulação coletiva. Muitas sementes foram lançadas nos encontros de ministras, eventos que se consolidaram como espaços de confiança e

* Pastora e Coordenadora de Gênero, Gerações e Etnias da IECLB. E-mail: coordenacaogenero@ieclb.org.br



reflexão sobre a presença de mulheres no ministério ordenado e as desigualdades de gênero vividas na igreja.

No Encontro Nacional de Ministras da IECLB, realizado em Porto Alegre, de 21 a 23 de novembro de 2017, com representação dos dezoito sínodos, chegou-se ao seguinte diagnóstico: apesar dos avanços na presença de mulheres nos diferentes espaços de decisão e liderança, a violência de gênero, o machismo institucional e a falta de espaços seguros de escuta ainda eram realidades vividas cotidianamente. A partir desse encontro, as ministras afirmaram a necessidade de articulação em rede, de representatividade equitativa e de uma ação institucional pela justiça de gênero.

Na plenária final, três encaminhamentos tornaram-se decisivos:

1. Ampliar a representatividade das mulheres em instâncias decisórias;
2. Promover relações justas entre as pessoas por meio da elaboração de uma Política de Justiça de Gênero;
3. Fortalecer a articulação entre ministras, criando redes e canais de comunicação permanentes.

Neste encontro, a proposta de uma Política de Justiça de Gênero para a IECLB – mencionada já em 2012 pelo Encontro Nacional de Ministras – dava os primeiros passos para se tornar realidade. Resultado direto do protagonismo de mulheres que, inspiradas pela fé e pela sororidade, decidiram transformar a escuta em ação.

O PROCESSO CONCILIAR

O passo seguinte foi estratégico e eclesial. A partir das deliberações do encontro de ministras de 2017, um grupo de pastoras elaborou a minuta de uma moção a ser encaminhada às assembleias sinodais de 2018, com o objetivo de levar ao XXXI Concílio da Igreja, em Curitiba, a proposta oficial de criação de um grupo para elaborar e implementar uma Política de Justiça de Gênero.

Paralelo à formulação da moção, um grupo de ministras articulou, junto à Presidência da IECLB, a produção de um vídeo institucional sobre Justiça de Gênero. O vídeo, publicado em 2018, foi instrumento de grande relevância para subsidiar as discussões sobre a moção e sua aprovação nas assembleias sinodais.

A moção foi discutida e aprovada em dez sínodos: Mato Grosso, Planalto Rio-Grandense, Brasil Central, Uruguai, Rio Paraná, Vale do Itajaí, Espírito Santo a Belém,



Rio dos Sinos, Vale do Taquari e Nordeste Gaúcho, e chegou ao Concílio como fruto de um movimento que uniu diferentes regiões e ênfases ministeriais, bem como, os Conselhos Sinodais de Diaconia e Juventude. O texto destacava que uma política de justiça de gênero deveria:

- Estabelecer princípios e estratégias para a promoção da igualdade nas comunidades e instâncias da Igreja;
- Contribuir para enfrentar discriminações e violências de gênero;
- Criar redes de apoio e espaços seguros de diálogo;
- Reafirmar o compromisso da IECLB com a Federação Luterana Mundial (FLM), que desde 2013 já possuía sua própria Política de Justiça de Gênero.

O Concílio acolheu a moção com base em argumentos teológicos e missionários: falar de justiça de gênero é falar de fidelidade ao Evangelho. Além disso, incluiu a Justiça de Gênero no seu Plano de Ação Missionária 2019-2024, vinculada à Meta Missionária 4 — a promoção da vida digna. O objetivo era claro:

- Elaborar uma política de justiça de gênero;
- Promover relações justas entre as pessoas;
- Visibilizar e superar a violência de gênero;
- Garantir a participação igualitária de homens e mulheres nos espaços comunitários.

Assim, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) da Política de Justiça de Gênero, sob a coordenação da Secretaria da Ação Comunitária por meio da Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias, com a tarefa de elaborar um documento que expressasse, de forma contextualizada, o compromisso da IECLB com relações mais justas e inclusivas entre mulheres e homens.

O GRUPO DE TRABALHO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O GT foi formado em 2019, composto por nove pessoas — pastoras, pastores, teólogas e lideranças leigas, que reuniram experiências e perspectivas diversas. Entre elas: Pa. Carmen Michel Siegle, Pa. Anelise Lengler Abentroth, Pa. Ligiane Taiza Müller Fernandes, P. Me. Alexander Busch, P. Dr. Emílio Voigt, P. Everton Knaul, Profa. Anelize Berwig e Teol. Rosane Philippsen, sob acompanhamento da Presidência da IECLB e do Conselho da Igreja.



Inspirado por documentos da Federação Luterana Mundial (FLM), da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), da Faculdades EST e experiências de outras igrejas e organizações ecumênicas, o grupo realizou um processo participativo de escuta, enviando questionários aos 18 sínodos, por intermédio das ministras que participaram do encontro de 2017, com duas perguntas centrais:

1. O que queremos e precisamos assegurar na IECLB em termos de justiça de gênero?
2. Onde precisamos avançar e transformar?

As respostas, embora em número reduzido, apontaram direções objetivas: era preciso nomear as desigualdades, reconhecer as violências e propor estratégias que transformassem a cultura eclesial. O grupo redigiu, então, um documento teológico e normativo que se sustentava sobre dois pilares:

- A igualdade e a dignidade como dom divino, fundada em Gênesis 1.27 e Gálatas 3.28;
- A missão libertadora da Igreja, chamada a ser espaço de reconciliação e equidade.

O texto foi sendo aprimorado entre 2020 e 2022, atravessando o contexto da pandemia, que, embora tenha limitado encontros presenciais, fortaleceu a cooperação em rede entre sínodos e setores da Igreja.

APROVAÇÃO E COMPROMISSO PÚBLICO

Em outubro de 2022, durante o XXXIII Concílio da IECLB, em Cacoal (RO), sob a Presidência da Dra. Ema Marta Dunck Cintra (presidente da mesa do Concílio), a Política de Justiça de Gênero foi aprovada oficialmente como documento da Igreja. Essa aprovação representou o reconhecimento institucional de um caminho de mais de uma década de mobilização — das primeiras proposições das ministras em 2012, passando pelo Encontro de 2017 e pela moção de 2018, até sua consolidação em 2022.

Em março de 2023, o documento foi lançado publicamente em ato presencial celebrado na Igreja da Reconciliação, em Porto Alegre-RS, com transmissão ao vivo e participação da Presidência da IECLB, da Presidente do Concílio da Igreja, da Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias e de lideranças sinodais e comunitárias. O



evento simbolizou um novo marco na caminhada eclesial: a justiça de gênero tornava-se parte da identidade pública e missionária da IECLB.

PRINCÍPIOS, ESTRUTURA E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A Política de Justiça de Gênero da IECLB está organizada em quatro partes:

1. Fundamento bíblico-teológico, que reafirma a justiça de gênero como expressão da reconciliação em Cristo;
2. Glossário de conceitos, para garantir clareza e prevenir distorções;
3. Princípios orientadores e seus objetivos:
 - Justiça de gênero como expressão da reconciliação;
 - Superação de todas as formas de violência;
 - Participação equitativa nas decisões;
 - Acesso justo a recursos e oportunidades;
 - Formação continuada;
 - Inclusão nas práticas celebrativas e comunitárias;
 - Uso da linguagem inclusiva como instrumento de transformação;
4. Implementação e monitoramento, com responsabilidade compartilhada entre sínodos, comunidades e instâncias nacionais.

Desde sua aprovação, foram promovidos diálogos, oficinas, cursos e formações com diferentes públicos da IECLB, com o objetivo de sensibilizar lideranças, desmistificar resistências e fortalecer a implementação local. A IECLB tem também revisto documentos normativos para garantir coerência com a Política e avançado em ações a serem concretizadas até 2026, como:

- Elaboração de um manual de linguagem inclusiva;
- Criação de um código de conduta e de um canal de denúncia e acompanhamento para casos de assédio e violência de gênero;
- Preparação de pessoas agentes de prevenção e acolhimento em situações de violência;
- Constituição, em 2025, de um grupo de trabalho sobre orientação sexual, para ampliar e aprofundar a reflexão sobre diversidade e inclusão.



REDES, PARCERIAS E O PROTAGONISMO DAS MULHERES

O processo da Política de Justiça de Gênero evidenciou que a transformação institucional só é possível quando nasce da colaboração em rede e da parceria de pessoas comprometidas. Desde o início, a caminhada contou com o apoio de lideranças, homens e mulheres, da IECLB e com a parceria de instituições como a Faculdades EST, a Fundação Luterana de Diaconia, a Obra Missionária da Baixa Saxônia na Alemanha e a Federação Luterana Mundial.

Mas o protagonismo das mulheres foi decisivo. Foram ministras, estudantes de teologia, lideranças não ordenadas que articularam encontros, escreveram moções, promoveram debates e, sobretudo, mantiveram viva a esperança de uma Igreja mais justa e coerente com o Evangelho. A presença de mulheres nos espaços teológicos e de decisão, antes marcada por exclusão, passou a ser vista como expressão da própria missão da Igreja.

Desse processo feito na IECLB, fica claro que uma política institucional de justiça de gênero requer:

- Uma base teológica sólida e linguagem contextualizada;
- Escuta e participação de diferentes ênfases ministeriais, sínodos e contextos;
- Articulação em rede, especialmente com organizações parceiras, ecumênicas e internacionais – ouvir e aprender com quem já percorreu esse caminho é fundamental;
- Comprometimento público das lideranças;
- Formação permanente e instrumentos práticos de transformação.

Mais do que um documento, a Política de Justiça de Gênero da IECLB é um testemunho de fé em movimento. Ela traduz a convicção de que a justiça de gênero é expressão do discipulado cristão e que as comunidades de fé podem e devem ser espaços de cura, equidade e reconciliação.

REFERÊNCIAS

ATA do XXXI Concílio da IECLB (2018).

ATA do XXXIII Concílio da IECLB (2022).

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). *Justiça de gênero é uma questão de fidelidade ao Evangelho* [vídeo]. Presidência da IECLB, abr. 2018. Disponível em: www.luteranos.com.br.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). *Política de Justiça de Gênero da IECLB*. Organização: Carmen Michel Siegle. São Leopoldo: Sinodal, 2023.

MEMÓRIA do Encontro Nacional de Ministras da IECLB (2012), conforme Protocolo IECLB Nº 224796.

MEMÓRIA do Encontro Nacional de Ministras da IECLB (2017), conforme Protocolo IECLB Nº 2025.03007.

MEMÓRIA do Seminário de Implementação da Política de Justiça de Gênero da IECLB, conforme Protocolo IECLB Nº 2025.01320.

MOÇÃO: Política de Justiça de Gênero – XXXI Concílio da IECLB (2018), conforme anexo da Ata do XXXI Concílio da IECLB (2018).

Recebido em: 30 out. 2025.

Aceito em: 30 out. 2025.